PROJETO DE LEI Nº 13, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Concede recomposição aos vencimentos dos servidores públicos municipais ativos, proventos de pensões e benefícios dos inativos com paridade, para recomposição inflacionária.

O Prefeito do Município de Quitandinha, Estado do Paraná.
A Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam recompostos os vencimentos dos servidores e empregados públicos municipais ativos, e proventos dos inativos com paridade e pensionistas, reajustados os vencimentos, proventos e pensões em 4,28% (quatro vírgula vinte e oito por cento) sobre os valores referentes ao mês de abril de 2021.

Parágrafo único. Atendendo ao disposto no inc. X do art. 37 da Constituição Federal, inc. X do art. 27 da Constituição do Estado do Paraná, estende-se a recomposição prevista no caput deste artigo aos subsídios dos agentes públicos e políticos.

Art. 2° A presente lei se aplica aos servidores Estatuários e aos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2021, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 14 de abril de 2021.

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Quitandinha
RECEBIDO 13:39
Data: 14 / 04 / 21
Secretária Administrativa

MENSAGEM Nº 13, DE 14 DE ABRIL DE 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente e demais Vereadores da Câmara Municipal de Quitandinha – PR.

Apresentando-lhe meus cumprimentos de estilo, valho-me da presente Mensagem para encaminhar a esta Colenda Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que se destina a conceder recomposição aos vencimentos dos servidores municipais ativos, proventos dos inativos com paridade e pensões, no montante 4,28% (quatro vírgula vinte e oito por cento) sobre os valores referentes ao mês de abril de 2021.

O art. 44 da Lei Municipal 419/1998, que dispõe sobre o Regime Jurídico Única dos Servidores Públicos do Município e das Fundações Municipais, prevê a necessidade de reajuste periódico de modo a preservar o poder aquisitivo da remuneração.

Devido a edição da Lei Complementar Federal n° 173/2020, art. 8º, I, é vedada, até 31 de dezembro de 2021, aos Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da COVID-19, a concessão "*a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros do Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgada ou de determinação legal anterior à calamidade pública*".

A Lei Municipal 987/2015, por seu turno, estabelece, em seu art. 2º, que o índice a ser aplicado para a revisão da remuneração dos servidores deve se o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), apurado pelo IBGE. Contudo, a lei 173/2020 determina no art. 8º, VIII, não poderá "adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No caso, a variação do IPNC é, para o período, levemente superior a do IPCA, razão pela qual, excepcionalmente, para obedecer à limitação imposta pela Lei Complementar 173/2020, faz necessária a aplicação do IPCA.

O percentual do reajuste refere-se à defasagem acumulada nos vencimentos dos nossos servidores no período de novembro de 2020 a março de 2021, com o que ficam recompostos em seus reais valores. Desta forma, claro que não se trata de um reajuste, mas tão somente a recomposição inflacionária.

Em anexo, segue o demonstrativo da estimativa do impacto financeiro orçamentário do Prefeito Municipal, firmado pela Contabilidade de Município, atendendo o disposto nos incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que mostram que

a despesa de pessoal não comprometerá o alcance das metas fiscais, nem ultrapassará o limite fixado no art. 19, III, da mesma Lei de Responsabilidade Fiscal, em razão do que o projeto está em condições de ser apreciado por esta Colenda Casa Legislativa.

Por fim, cumpre destacar, respeitosamente, que o presente projeto de lei é enviado agora para que se pudesse aguardar o fechamento do índice inflacionário referente ao mês de março, de modo a atender, plenamente, o que estabelecido no art. 2º da Lei Municipal 987/2015, que determina que a remuneração será revista todo mês de abril.

Nestas condições, contamos com a aprovação da proposição anexa, requerendo ainda que a tramitação do presente projeto seja em regime de urgência especial conforme art. 121, do Regimento Interno desta Câmara Legislativa Municipal, haja vista a necessidade de que a validade da futura lei seja aplicada na folha de pagamento dos servidores no mês de abril; colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se mostrarem necessários.

Gabinete do Prefeito do Município de Quitandinha, em 14 de abril de 2021.

José Ribeiro de Moura
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

TERMO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTARIO FINANCEIRO

O Município de Quitandinha/Pr em cumprimento ao disposto no art. 21 c/c art. 16 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, estima, conforme o disposto abaixo, o Impacto Orçamentário e Financeiro.

ATO: PROJETO DE LEI. Concede recomposição aos vencimentos dos servidores públicos municipais ativos, proventos de pensões e benefícios dos inativos com paridade, para recomposição inflacionária.

.

Impacto	2021	2022 e 2023
Orçamentário	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, de R$ 884.248,00(Oitocentos e oitenta e quatro mil duzentos e quarenta e oito reais) anual, recursos estes que advirão do crédito do orçamento exercício 2021.	O Impacto se revela pelo aumento da verba orçamentária especifica, de R$ 1.141.048,00 (um milhão cento e quarenta e um mil e quarenta e oito reais), anual, recursos estes que deverão ser incluídos na programação financeira dos próximos exercícios 2022, 2023.
Financeiro	O impacto financeiro se revela pelo desembolso financeiro durante o exercício atual para o exercício de 2021 e para os próximos exercícios de 2022 e 2023 perfeitamente suportável.	
Pessoal	O aumento de R$ 884.248,00 (Cento e quarenta mil oitocentos e quinze reais e quarenta e oito centavos), não implica em extrapolação dos limites com pessoal, pois o aumento tem impacto mínimo no percentual em relação a RCL - Receita Corrente Liquida, sendo que o gasto com pessoal base Março/2021, representa 49,82% da RCL, com o reajuste chegaria em50,01% no final do exercício conforme projeção.	

OBS: RCL - Receita Corrente Liquida base 31/03/2021. R$ 54.488.067,17.
RCL projetada para 2021 R$ 56.122.709,01
Gasto com pessoal Março/2021 27.144.885.07 % sobre a RCL 49,82%.
Gasto com pessoal projetado para 2021 R$ 28.062.133,00 50,01%

Quitandinha, 13 de Abril de 2021.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA
Estado do Paraná
Rua José de Sá Ribas, 238 • Centro • CEP: 83840-000
CNPJ: 76.002.674/0001-97
Telefones: (41) 623-1231 •
E-mail: prefeitura@quitandinha.pr.gov.br Home page: www.quitandinha.pr.gov.br

DECLARAÇÃO

(Art. 16, II da LC 101/00)

Declaro para todos os fins e direitos admitidos e especialmente os fins do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, Que os valores constantes ATO: PROJETO DE LEI. Concede recomposição aos vencimentos dos servidores públicos municipais ativos, proventos de pensões e benefícios dos inativos com paridade, para recomposição inflacionária, tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias vigentes.

Quitandinha, 13 de abril de 2021.

JOSE RIBEIRO DE MOURA
Prefeito Municipal

RICARDO CASAGRANDE
Contador CRC 31766/O-1

CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ABRIL/2020 A MARÇO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	09/2020	10/2020	11/2020	12/2020	01/2021	02/2021	03/2021	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.177.464,32	2.163.410,14	2.161.761,16	2.167.306,64	2.277.535,77	2.312.184,38	2.305.787,88	4.466.379,39	2.856.776,20	2.247.742,81	2.353.933,74	2.327.606,46	29.817.888,89	0,00
Pessoal Ativo	1.982.382,31	1.966.769,67	1.961.652,70	1.966.702,23	2.078.842,69	2.111.744,79	2.104.587,07	4.061.864,04	2.646.481,93	2.028.672,41	2.140.041,17	2.108.535,36	27.158.276,37	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.659.660,15	1.643.270,98	1.638.285,54	1.640.806,50	1.738.386,00	1.746.393,39	1.736.550,68	3.345.336,72	2.229.676,09	1.653.244,31	1.765.980,40	1.735.993,93	22.533.584,69	0,00
Obrigações Patronais	320.631,50	321.310,79	321.179,26	323.725,08	338.220,17	363.357,98	366.334,69	715.274,54	415.736,20	375.428,10	374.060,77	372.541,43	4.607.800,51	0,00
Benefícios Previdenciários	2.090,66	2.187,90	2.187,90	2.170,65	2.236,52	1.993,42	1.701,70	1.252,78	1.069,64	0,00	0,00	0,00	16.891,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	219.071,10	2.659.612,52	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	168.588,24	170.705,62	174.173,61	174.252,18	174.420,73	176.342,18	177.103,40	379.758,24	185.537,16	194.213,56	189.005,86	194.214,26	2.358.315,04	0,00
Pensões	26.493,77	25.934,85	25.934,85	26.352,23	24.272,35	24.097,41	24.097,41	24.757,11	24.757,11	24.856,84	24.886,71	24.856,84	301.297,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	232.462,40	2.673.003,82	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.391,30	13.391,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	219.071,10	2.659.612,52	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.982.382,31	1.966.769,67	1.961.652,70	1.966.702,23	2.078.842,69	2.111.744,79	2.104.587,07	4.061.864,04	2.646.481,93	2.028.672,41	2.140.041,17	2.095.144,06	27.144.885,07	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.609.942,17	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	121.875,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	54.488.067,17	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	27.144.885,07	49,82%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.423.556,27	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.952.378,46	51,3%

CONSOLIDADO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

ABRIL/2020 A MARÇO/2021

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	04/2020	05/2020	06/2020	07/2020	08/2020	09/2020	10/2020	11/2020	12/2020	01/2021	02/2021	03/2021	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.177.464,32	2.163.410,14	2.161.761,16	2.167.306,64	2.277.535,77	2.312.184,38	2.305.787,88	4.466.379,39	2.856.776,20	2.247.742,81	2.353.933,74	2.327.606,46	29.817.888,89	0,00
Pessoal Ativo	1.982.382,31	1.966.769,67	1.961.652,70	1.966.702,23	2.078.842,69	2.111.744,79	2.104.587,07	4.061.864,04	2.646.481,93	2.028.672,41	2.140.041,17	2.108.535,36	27.158.276,37	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.659.660,15	1.643.270,98	1.638.285,54	1.640.806,50	1.738.386,00	1.746.393,39	1.736.550,68	3.345.336,72	2.229.676,09	1.653.244,31	1.765.980,40	1.735.993,93	22.533.584,69	0,00
Obrigações Patronais	320.631,50	321.310,79	321.179,26	323.725,08	338.220,17	363.357,98	366.334,69	715.274,54	415.736,20	375.428,10	374.060,77	372.541,43	4.607.800,51	0,00
Benefícios Previdenciários	2.090,66	2.187,90	2.187,90	2.170,65	2.236,52	1.993,42	1.701,70	1.252,78	1.069,64	0,00	0,00	0,00	16.891,17	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	219.071,10	2.659.612,52	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	168.588,24	170.705,62	174.173,61	174.252,18	174.420,73	176.342,18	177.103,40	379.758,24	185.537,16	194.213,56	189.005,86	194.214,26	2.358.315,04	0,00
Pensões	26.493,77	25.934,85	25.934,85	26.352,23	24.272,35	24.097,41	24.097,41	24.757,11	24.757,11	24.856,84	24.886,71	24.856,84	301.297,48	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto elemento 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	232.462,40	2.673.003,82	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.391,30	13.391,30	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	195.082,01	196.640,47	200.108,46	200.604,41	198.693,08	200.439,59	201.200,81	404.515,35	210.294,27	219.070,40	213.892,57	219.071,10	2.659.612,52	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 56/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.982.382,31	1.966.769,67	1.961.652,70	1.966.702,23	2.078.842,69	2.111.744,79	2.104.587,07	4.061.864,04	2.646.481,93	2.028.672,41	2.140.041,17	2.095.144,06	27.144.885,07	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	54.609.942,17	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	121.875,00	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	54.488.067,17	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	27.144.885,07	49,82%
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	29.423.556,27	54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	27.952.378,46	51,3%

MUNICIPIO DE QUITANDINHA

ESTADO DO PARANA

REPOSIÇAO INFLACIONARIA SERVIDORES 2021

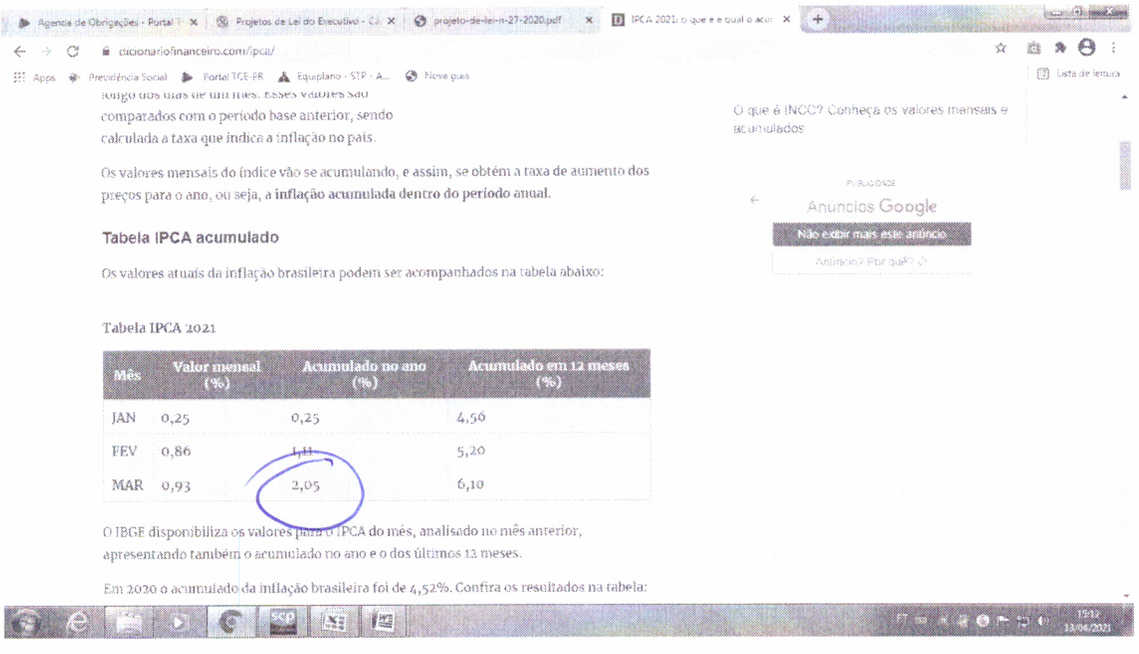
Lei 173/2020 –

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

I - conceder, a qualquer título, vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a membros de Poder ou de órgão, servidores e empregados públicos e militares, exceto quando derivado de sentença judicial transitada em julgado ou de determinação legal anterior à calamidade pública;

VIII - adotar medida que implique reajuste de despesa obrigatória acima da variação da inflação medida pelo **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, observada a preservação do poder aquisitivo referida no inciso IV do **caput** do art. 7º da Constituição Federal;

IPCA –



comparados com o período base anterior, sendo calculada a taxa que indica a inflação no país.

Os valores mensais do índice vão se acumulando, e assim, se obtém a taxa de aumento dos preços para o ano, ou seja, a **inflação acumulada dentro do período anual.**

Tabela IPCA acumulado

Os valores atuais da inflação brasileira podem ser acompanhados na tabela abaixo:

Tabela IPCA 2021

Mês	Valor mensal (%)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
JAN	0,25	0,25	4,56
FEV	0,86	1,11	5,20
MAR	0,93	2,05	6,10

O IBGE disponibiliza os valores para o IPCA do mês, analisado no mês anterior, apresentando também o acumulado no ano e o dos últimos 12 meses.

Em 2020 o acumulado da inflação brasileira foi de 4,52%. Confira os resultados na tabela:

O que é INCC? Conheça os valores mensais e acumulados

Anúncios Google

Não exibir mais este anúncio

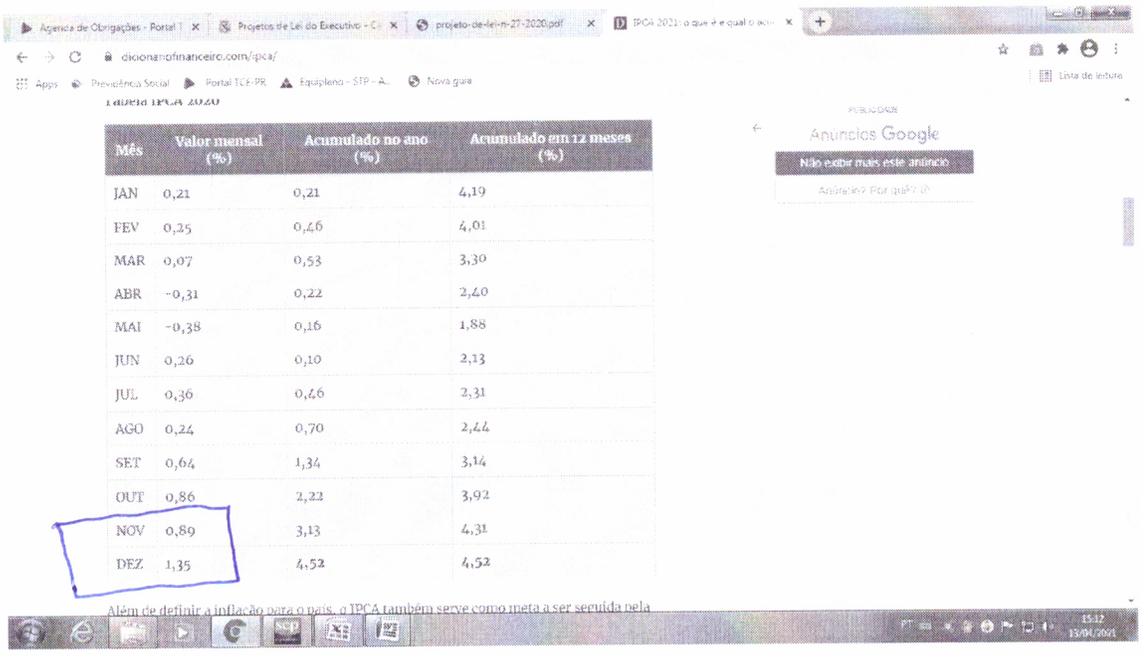


Tabela IPCA 2020

Mês	Valor mensal (%)	Acumulado no ano (%)	Acumulado em 12 meses (%)
JAN	0,21	0,21	4,19
FEV	0,25	0,46	4,01
MAR	0,07	0,53	3,30
ABR	-0,31	0,22	2,40
MAI	-0,38	0,16	1,88
JUN	0,26	0,10	2,13
JUL	0,36	0,46	2,31
AGO	0,24	0,70	2,44
SET	0,64	1,34	3,14
OUT	0,86	2,22	3,92
NOV	0,89	3,13	4,31
DEZ	1,35	4,52	4,52

Além de definir a inflação para o país, o IPCA também serve como meta a ser seguida pela

Reposição através da LEI 1192/2020 – acumulado de jan/2020 a out/2020

Acumulado Nov/2020 e dez/2020 2,24%

Acumulado jan/2021 a mar/2021 = 2,04%

Acumulado Nov/2020 a mar/2021 = **4,28%**

Resumo:

Conforme calculo acima entendemos que é possível de conceder reposição inflacionaria no momento através do índice IPCA (conforme lei 173), dos meses depois de outubro/2020 já concedido em 2020 através da lei 1192/20, totalizando um percentual de 4,28%.

Constamos ainda que no exercício de 2021 houve ajustes em relação a despesa com pessoal e o índice acumulado no até o mês de março/2021 atingiu 49,82% abaixo dos 51,3 (limite prudencial) da despesa com pessoal.

Quitandinha, 13 de abril de 2021.

Atenciosamente

RICARDO CASAGRANDE

Contador